

Uma abordagem do racismo e antirracismo à brasileira nas páginas da mídia impressa dos anos 1980.

FABIANA VIEIRA DA SILVA*

O objetivo deste artigo é levantar dados a fim de caracterizar o racismo e antirracismo à brasileira, no decorrer dos anos 1980, tendo em vista as representações emitidas por três grandes órgãos da imprensa paulista em relação ao apartheid sul - africano. Parte-se, neste trabalho, da problemática levantada por Ferreira (São Paulo: 2005, p. -) de que a questão racial internacional, em alguns momentos, obrigou o país a posicionar-se diante das práticas racistas e anti - racistas existente em território nacional.

O regime militar de 1964 se manteve aliado a neocolonialismo português no continente africano, o que levou a um distanciamento das relações políticas e econômicas em relação aos movimentos de independência que emergiam. Com o processo de abertura política e formação dos blocos dos não - alinhados mudanças começaram a serem sentidas, sobretudo no campo econômico, tendo em vista a ampliação das parcerias comerciais brasileiras em solo africano, deixando de ser a África do Sul a responsável por maior parte das exportações brasileiras para este continente.(PENNA, 2001: 69 – 83)

A reaproximação com o continente africano foi crescente, também, por parte da militância negra brasileira que, desde 1978, encontrara espaço político para se reorganizar, tal como ocorria com outros grupos, como o movimento de mulheres, homossexuais, movimentos de bairro, ecológicos, além da atuação da ala progressista da Igreja Católica e o surgimento do Partido dos Trabalhadores.

No tocante ao espaço geográfico e temporal desta pesquisa, os anos 1980 foram marcados pelo processo de abertura política ‘lenta e gradual’ proposta pelo governo Geisel e que, entretanto, escapou do poderio militar e levou a sociedade civil a ensejar as grandes mobilizações de massa, principalmente na cidade de São Paulo, as quais levaram, aos poucos, à reconquista do espaço de participação política.

Emergem, assim, múltiplos porta - vozes envoltos por novas significações do conceito de lutas sociais, no qual as ações se voltavam com vistas a garantir o pleno

exercício da democracia liberal tendo, como eixo central, movimentações para a resolução imediata de problemas cotidianos, tais como: moradia, desemprego, corrupção em instituições públicas. Os movimentos sociais urbanos, tal com os de favelados, por exemplo, pediam “medidas elementares, como asfaltamento de ruas, redes de água, segurança, serviços de saúde [...] legalização da posse de seus lotes (CARVALHO, 2005: p. 185).

De acordo com Canclini (2008) tal configuração correspondia a uma menor visibilidade das estruturas macrossociais e a fragmentação da mobilização social, ao passo que a mídia se constituiria, neste momento, dando um novo sentido para a cidade ao estabelecer redes de comunicação, ao agir como mediador das relações sociais. Essa sectorização, segundo Canclini, teria ocorrido devido aos processos ditatoriais ocorridos na segunda metade do século XX, na América Latina, e que suspenderam os agrupamentos sociais, reduzindo a participação dos indivíduos à esfera do consumo.

Os anos 1980 foram um momento, no cenário brasileiro, de mudanças políticas, econômicas e tecnológicas. De acordo com Abreu (2002), para a grande imprensa, esta década representou o apogeu de um processo de mudança que se estruturava desde os anos 1950: no aparelhamento técnico, na mudança de perspectiva, ao colocarem-se, a partir de então, na busca cada vez mais incessante em atender aos interesses do crescente mercado de leitores, à ordenação interna do jornal, o qual passou a contar com uma maior especialização das funções e seções, renovação da linguagem.

Cabe investigar, neste trabalho, a prática social da imprensa e produção cultural dentro de uma ordem social global. Neste sentido, estendem-se, neste trabalho, as interpretações simplistas que enfatizam o caráter objetivo ou meramente manipulador e ideológico de determinadas publicações.

Assim, a imprensa deve ser encarada como um produto social, com destacado papel histórico ao emitir opiniões, comentários, representações da sociedade a qual ela faz parte. Por outro lado, para Oliva (2007) as publicações podem agir, não somente como divulgadores de representações, mas, ao mesmo tempo, podem ser reflexos de determinadas percepções presentes na sociedade civil, evocando imagens já criadas, diferentes formas de ver e reproduzir leituras.

Dentro da perspectiva proposta por Williams (1992), este trabalho pretende caracterizar como as instituições de comunicação da imprensa paulista se constituíram

nos anos 1980, as relações entre a imprensa e suas condições de produção, divulgação e os processos sociais globais.

Com condição financeira estabilizada, no início dos anos 1980, após uma década de alinhamento ao regime militar, a Folha de São Paulo captou as mobilizações da sociedade, bem como a abertura política proposta por Geisel e angariou o projeto de mobilização social como base sustentatória das modificações gráficas e editoriais que propunha, dando espaço, em suas páginas, aos anseios dessa sociedade e tomando para si a tarefa de agente mobilizador.

As mudanças, contudo, não apareceram concomitantemente nas publicações selecionadas neste trabalho. Foi um processo que acompanhou o perfil de cada publicação bem como o projeto político que encabeçavam e que foi, em parte, resultado do período militar, do processo político que se reconfigurava e da forma como cada publicação percebeu o momento histórico que se delineava.

Em entrevista à LATTMAN – WELTTMAN (2008), Augusto Nunes declarou que, após confrontar-se, em suas páginas, com o governo militar denunciando a censura por meio da publicação de receitas, poemas, o OESP enfrentaria dificuldades financeiras. Augusto Nunes liderou um novo processo de reestruturação do jornal já em 1988, as quais foram caracterizadas por informatização da redação, criação de cadernos temáticos, introdução da cor e da edição de segunda – feira, redesenho gráfico, página de opinião.

A Folha de São Paulo, por sua vez, já nos anos 1970 apresentou condições financeiras para ensejar um conjunto de transformações gráficas, administrativas e técnicas, como ocorreu a partir da criação da página de editoriais, renovação dos quadros de funcionários das redações.

A Revista VEJA já na passagem da década de 1970 e 1980 bateria recorde de circulação ao cobrir eleições, os planos econômicos e as mobilizações populares, como, por exemplo, a campanha das Diretas em 1984 (LATTMAN – WELTTMAN et. al, 2008: 178). São estes três órgãos, pois, os objetos e fontes desta pesquisa.

Assim, as transformações se apresentaram ao público leitor de formas diversas: apresentação da linguagem, cobertura, apresentação gráfica, métodos de gestão, busca no distanciamento de brigas ideológicas e partidárias em nome da tão propalada imparcialidade e isenção diante dos fatos, sistematizadas, sobretudo, nos manuais de

redação. Este, segundo viria para “normatizar procedimentos, despolitizar, procurar garantir que várias versões fossem registradas na mesma reportagem, e também com uma série de providências gráficas” (LATTMAN – WELTMAN, op. cit., p.361).

Este processo foi resultado, também, do trabalho do campo publicitário e das preocupações do marketing, campo que passava a ganhar novo espaço na tomada de decisões do jornal ao levantar índices de audiência, que abriram possibilidades para que fossem criados novos cadernos, como os relacionados à saúde, informática, imóveis, além dos espaços para os editoriais e dos projetos encabeçados pelos jornais, tendo em vista supostas aspirações do público levantadas pelo marketing.

Às mudanças tecnológicas e de apresentação das notícias, acompanharam aquelas relacionadas às atuações políticas dos jornais:

começa a prevalecer o conceito de ‘utilidade social’ da mídia, ou seja, de que a atividade jornalística deve servir aos interesses concretos dos cidadãos e responder às preocupações dos leitores ou da audiência – o ‘jornalismo cidadão’ (*public journalism*). Esse tipo de jornalismo atribui aos profissionais da mídia a tarefa de ajudar os leitores, ouvintes ou telespectadores a enfrentar as dificuldades da vida quotidiana, dar respostas às expectativas da população em relação à sua região, à sua cidade ou ao seu bairro, através do estímulo à cultura cívica. (ABREU, 2002: 45)

É desse momento, também, fenômeno internacional de controle da mídia por grandes corporações internacionais acompanhando, assim, a tendência à concentração econômica característica do final dos anos 1980 e início dos 1990.

Os jornais da grande imprensa passaram a abarcar diferentes esferas da produção cultural, como agências de notícias, editoras de livros, rádio agindo, assim, como distribuidores de reportagens, fotografias, colunas e coberturas especiais para outros jornais, empresas e órgãos públicos. O resultado desse processo foi a paulatina padronização de imagens, valores, hábitos e internacionalização de conteúdos sem entrar, contudo, na discussão a respeito da forma de recepção destes valores, que, por outro lado, apresentaram-se como múltiplas.

Tendo em vista a reagimentação dos movimentos sociais, o maior espaço de participação política e a forma como a imprensa se valeu desta conjuntura a fim de dar sustentação às suas reformas, o objetivo, desta pesquisa, é caracterizar os

posicionamentos dos órgãos selecionados em relação ao racismo e o caráter das lutas anti – racistas ensejadas no decorrer dos anos 1980. Para isso, pretende-se apontar o espaço e caracterizar as notícias referentes ao apartheid sul – africano.

Os anos 1980 representam um período de pressões exercidas pela sociedade civil brasileira em relação à luta antiapartheid. Entidades do movimento negro mobilizavam-se a fim de que houvesse o cumprimento, por parte do governo brasileiro, das resoluções antiapartheid votadas na Assembléia das Nações Unidas e que, entre outras, primavam pelo corte de relações econômicas. Assim,

o governo brasileiro patrocinou decreto-lei proibindo todas as atividades de intercâmbio cultural e esportivo com a África do Sul, além de reafirmar a proibição de venda ou trânsito de armas em território nacional que se destinassem aquele país. Tal atitude nada mais significou do que o coroamento da decisão anterior de esfriar ao máximo o relacionamento entre os dois países e de respeitar o embargo voluntário de venda de armamentos para a África do Sul, decidido ainda na década de 1960 pelas Nações Unidas e referendado pela decisão do Conselho de Segurança, em 1977, de impor o embargo compulsório de venda e fornecimento de armamentos e similares para a África do Sul (PENNA, op. cit: 69 - 83)

No Brasil, na segunda metade da década de 1980, a pauta anti-racista sul-africana entrou no rol de preocupações de setores da sociedade brasileira, os quais culminaram com passeatas as quais, no Brasil, exigiam, do governo brasileiro, o rompimento de relações diplomáticas com a África do Sul.

A grande mídia acompanhou parte destas manifestações; a Rede Globo de Televisão, por exemplo, exibiu o show “Tribute to 70 th Nelson Mandela” realizado em Londres com um público de 72 mil pessoas. Já em outubro de 1988 foi realizado, pela Frente Nacional Contra O Apartheid, na Praça da Sé, em São Paulo, um show - o primeiro da América Latina - que teve como foco o pedido de libertação de Mandela (FERREIRA, 1993: 72).

De acordo com o ranking elaborado pela Revista Veja, o livro autobiográfico intitulado *Mandela: minha luta é minha vida*, no ano 1989, estava na 10ª colocação entre os mais vendidos em território nacional, pela vigésima primeira semana não consecutiva. Tal ranking, de acordo com a Veja tinha como fonte: Livrarias Brasiliense,

Cultura, Laselva, Saraiva, Siciliano (SP), Argumento, Eldorado, Siciliano (RJ), Eldorado, Van Damme (MG) Globo, Kosmos, Sulina (RS), Livro 7 (PE), Ghignone (PR), Aeroporto, Civilização Brasileira, Freitas Kenitz (BA), Sodiler, Presença (DF).¹

Além disso, houve em 1985 a criação do Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da África do Sul e Namíbia – COMÁFRICA -, fundado em 22.08.1985, o qual se intitulava um importante agente no Brasil da luta contra o apartheid. Pode-se citar, também, a referência ao tema do apartheid no samba – enredo da Vila Isabel, escola de samba carioca².

Nesse sentido, cabe questionar as diferentes pressões, por parte de diversos setores da sociedade, em relação a forma como a grande imprensa divulgou tais movimentações.

Para o início dos anos 1980, o continente africano estava presente nas páginas da mídia impressa, sobretudo por meio de notas no caderno destinado a assuntos do exterior. Em um momento de ampliação das parcerias comerciais brasileiras em solo africano foi comum a divulgação de notícias referentes às visitas de líderes políticos africanos em solo brasileiro ou visitas de caráter diplomático, tendo em vista, sobretudo, as relações que se constituíam entre os membros do bloco dos não – alinhados.

Dentre um conjunto de possibilidades a África despontava, sobretudo nas notas jornalísticas, estas se caracterizam por serem curtas, descritivas, isoladas em cantos inferiores das páginas, repletas de outras notas, portanto, quase invisíveis.

As aproximações entre o Brasil e a África se estenderiam além do campo econômico, ainda, para o plano político, tendo em vista as distintas perspectivas democratizantes pelas quais almejavam setores da sociedade desses dois lugares. Percebem-se, então, nas matérias jornalísticas divulgadas, contraposições entre as duas localidades, não de forma objetiva, mas que revelavam as posturas que os determinados órgãos assumiam a partir das diferentes posições políticas, econômicas, ideológicas, além da prática cultural daqueles selecionados ao trabalho e que se relacionam a aspectos da ordem social global.

¹ Esta afirmativa tem como base pesquisas realizadas na Revista Veja para o primeiro trimestre de 1989.

² Jonas; Rodolpho; Luiz Carlos da Vila. *Kizomba: Festa da Raça* (Unidos de Vila Isabel – Samba - enredo) Intérprete: Gera. Rio de Janeiro: RCA. 1 disco sonoro. Lado B, faixa 7.

Na reportagem “Repouso do guerreiro” a Revista Veja destacou a forma como Robert Mugabe negociou, entre os diferentes setores políticos, a formação de um governo, caracterizado pela revista como conciliador, momento em que o Brasil passava, também, por um processo de deslegitimação política..

Contudo, foram freqüentes, quando o assunto era África, os estereótipos e a ênfase aos aspectos primitivos e desumanos que, supostamente, seriam intrínsecos ao continente, a existência de governos ditatoriais, pouca habilidade e constante instabilidade no trato das questões políticas.³

O título do box que acompanha a reportagem citada acima encerra idéia local de primitivismo, sobretudo pela expressão ‘males crônicos comuns’, entre os quais a ausência de instituições democráticas’, com líderes que estariam há mais de vinte anos no poder, como Sekou Touré da Guiné e Leopold Senghor do Senegal ou a implantação de formas de governos socialistas (Veja, 12 de março de 1980).

Na reportagem destacada, a forma como tratou a questão política foi representada como uma doença, por meio da expressão “males crônicos”. Os africanos, além disso, foram descritos como “atrasados, mergulhados na pobreza, paralisia econômica e com burocracias governamentais primitivas”. Não há, contudo, nenhuma relação com as práticas colonialistas praticadas e os processos de violência simbólica sofrida pelas populações locais, com a instituições de formas de organização que não condiziam com a estrutura local. (MUNANGA, jun./ago, 1993: 100 - 11).

A visita de Ahmed Sekou Touré foi representada por seus aspectos pouco peculiares, como o atraso na chegada ao aeroporto do presidente, os presentes supostamente exóticos que trouxera. Ao leitor permanece a representação da pouca seriedade do mesmo e a necessidade do Brasil tomar a frente nas negociações comerciais com o país africano. (Veja, 23 de janeiro de 1980).

Muhammad Ali, campeão de peso pesado, também em visita diplomática, teria, assim como Touré, se saído mal no trato das questões políticas, de acordo com a revista. Ali foi caracterizado pela VEJA como ‘diplomata amador’, ao ser incumbido por Jimmy Carter de conseguir adesões para boicotar as Olimpíadas de Moscou, caso a União Soviética não retirasse as tropas do Afeganistão”. Sua visita foi caracterizada como algo

³ Para uma análise da representação emitida pela Revista Veja em relação ao continente africano ver OLIVA, Anderson R. Notícias sobre a África: representações do continente africano na Revista Veja (1991 – 2006). Afro – Ásia, 38 (2008), 141 – 178.

inútil e embaraçoso para o governo em decorrência das críticas que Ali teria feito aos Estados Unidos, entre elas, a omissão de Carter diante dos regimes racistas (Veja, 13 de fevereiro de 1980)

No Brasil, representantes afro – descendentes tem, de acordo com a historiografia dedicada ao assunto, marcadamente recebido destaque, na imprensa, em esferas do esporte e da música, as quais lhe têm sido historicamente destinadas. Os fatos referentes ao apartheid sul – africano e o que ele ensejou no decorrer dos anos 1980 receberam maior destaque, nos órgãos selecionados para os objetivos desta pesquisa, na Seção Internacional, para a Revista Veja e no Caderno Exterior para o jornal a Folha de São Paulo. Assim, representantes afro – descendentes ocupavam espaços que, até então, não lhe eram destinados.

As reportagens, notas, boxes ou editoriais das notícias enquadradas no que, de modo geral, chama—se ‘assuntos do exterior’ têm, como característica principal, a atuação, sobretudo, dos correspondentes internacionais, as agências de notícias e dos repórteres especialistas instalados nas redações. Quais foram, então, os elementos que constituíram as representações emitidas por eles em relação à África do Sul, tendo em vista o racismo e a movimentação antirracista existente no Brasil?

Em editorial de abertura do ano de 1985 a FSP destacou, como pressupostos básicos para a paz, os “princípios humanistas de progresso material e internacionalização das relações econômicas”. Para o Cone Sul destacou que o processo de transição democrática ocorreu de maneira desigual. Neste editorial, a África apontou como “local incipiente de humanização do homem” e, por outro lado, a figura de Desmond Tutu, ganhador do Prêmio Nobel de 1984, despontou “fazendo o mundo lembrar que existe uma constituição racista e uma ditadura de minoria branca, apesar dos votos contrários da maioria dos países membros da ONU, incluindo o Brasil” (Folha de São Paulo, 01 de janeiro de 1985).

Têm se, então, um negro ocupando um lugar de destaque no cenário político e a questão racial assumindo uma posição de destaque na pauta política do impresso. Ao Brasil coube, neste editorial, a posição de opositor incontestado do regime de segregação, sem uma comparação mais específica sobre a questão.

Uma das hipóteses levantadas neste trabalho é que, a posição que tal órgão, bem como OESP e a Veja, percebiam África do Sul apontava com particularidades em

relação às representações emitidas sobre o continente africano. Se os constantes estereótipos marcaram a representação sul – africana nas páginas destes órgãos, acredita-se que a posição da África do Sul no cenário internacional político e econômico, por vezes, permitiu que olhares diversos fossem lançados sobre ela em relação ao restante da África. A habilidade no trato das questões políticas e diplomáticas apareceram com frequência quando o assunto era o governo sul – africano.

A posição da África do Sul no contexto internacional e a atuação dos conglomerados internacionais no contexto sul – africano, bem como a afirmação ideológica dos princípios do neoliberalismo por meio do discurso mostrou suas contradições nas páginas da mídia impressa e não passou despercebida pelos leitores e nem daqueles selecionados ao trabalho nas redações da grande mídia. Na seção Cartas, um leitor da Revista Veja chamou a atenção ao fato de que, ao mesmo tempo em que eram denunciados os massacres de negros se fazia a propaganda da cidade sul – africana Cidade do Cabo. O anúncio, que se mantém nas edições seguintes, salienta “Em apenas seis horas de avião você entra num mundo novo e fascinante. Cidade do Cabo” (Veja, 14 de agosto de 1985).

A onda de manifestações contra o apartheid recebeu o comentário de Eric Nepomuceno, editor de assuntos internacionais do Jornal Nacional da Rede Globo no período especificado que, em 1982, já sem a censura prévia nos meios de comunicação, vivenciou a implantação de medidas restritivas no sentido de “suspender a insistência no noticiário sobre mortes de negros na África do Sul. Havia inclusive uma carta do embaixador sul – africano à direção do Globo”. Segundo Nepomuceno

Tentei argumentar que a função do embaixador era essa, e que minha função era noticiar aqueles massacres rotineiros. Disse que a insistência era de quem matava e não de quem noticiava. Resumo da conversa: ‘ Pois é, mas são ordens lá de cima’. E o que era esse ‘lá de cima’: ordens divinas? Então por que Deus não mandava a polícia branca da África do Sul parar de matar negros sul – africanos (NEPOMUCEMO. In.: NOVAES, 1991: 207).

No transcorrer desta década, a África do Sul teve como principal ponto de discussão o aumento do massacre de negros pela polícia sul – africana e da repulsa mundial contra o apartheid, dado a intensificação da mobilização negra sul africana.

Já em 1986, o governo sul – africano havia declarado estado de emergência como resposta a onda de manifestações e protestos das organizações negras. Isto levou a um acirramento das críticas internacionais com a influência significativa de uma série de líderes religiosos, da política, artistas conhecidos internacionalmente

O governo sul – africano, em contrapartida, ao buscar aliados no contexto internacional não deixou de lado o país que, apesar dos inúmeros trabalhos que o desmistificavam, apresentava-se como exemplo harmônico de relações raciais, e que, assim, poderia lhe oferecer uma imagem positiva frente, sobretudo, a ONU. No Brasil, uma das medidas utilizadas pela embaixada foi manter contatos diretos com governos estaduais e empresas privadas, obter cooperação técnica em setores nos quais os sul-africanos estavam adiantados ou, ainda, a prática rotineira de contatos com a imprensa brasileira, seja estimulando a propaganda oficial do seu país, seja convidando jornalistas brasileiros para visitas à África do Sul. (PENNA, op.cit., 2001).

Apesar do número significativo de trabalhos acadêmicos a respeito das relações raciais brasileiras, a partir do patrocínio da UNESCO, da série de índices estatísticos que evidenciavam a desigualdade de oportunidades entre brancos e negros em território nacional, dos posicionamentos sobre a redemocratização por parte das diversas organizações civis que se reagimentavam nos anos 1980 e os atos oficiais, como a criação de entidades ligadas ao combate à discriminação racial, a tal ‘convivência harmoniosa’ existente no Brasil se manteve com fortes raízes no universo simbólico da sociedade brasileira e em sua representação no contexto internacional.

D’Adesky (2005) aponta como fatores do enraizamento deste preceito: a longevidade histórica deste discurso que, além disso, remete a um futuro de igualdade colocando em evidência algo visível, que é a miscigenação da população brasileira; dificuldade de acesso aos meios de informação, por parte do movimento negro, além da boa receptividade nestes dos intelectuais e acadêmicos neofreyreanos.

A movimentação anti - racista internacional, a crescente atuação da militância negra no cenário nacional, o processo de abertura política, que teria como um dos ápices da mobilização social a campanha pelas Diretas, bem como o crescente processo de reagimentação política com novos personagens na cena política, o aumento das parcerias econômicas brasileiras em solo africano e as transformações pelas quais passavam os órgãos da grande mídia contribuíram para que, já em 1985, novos temas e

novas abordagens fossem dados à questão ‘mobilização social’, entre os quais a mobilização sul – africana anti – racista.

Pesquisas de Antônio Sérgio Guimarães notaram que, as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pela mudança no caráter do racismo que, até então, era divulgado pela grande mídia brasileira. Ao partir das análises de Carlos Hasenbalg para os anos 1970 compartilhou da idéia deste autor de que a divulgação de casos isolados de racismo, até este momento, serviria para afirmar a inexistência deste na sociedade brasileira e, também, os princípios da democracia racial. Em contrapartida, análises de Guimarães para o final da década de 1980 denotaram que, a divulgação de tais casos parece intuir desfazer o mito da democracia racial e não mais reforçá-lo, como anteriormente. (GUIMARÃES, 1995/1996: 84 – 95)

Os acontecimentos relativos à segregação racial sul – africana, quando transformados em notícias por cada órgão selecionado, seria com o propósito, também, de afirmar, para o início dos anos 1980, a inexistência de racismo? Ou as práticas isoladas não chegariam a prejudicar as relações sociais? As afirmações de Guimarães sobre as mudanças ocorridas para a divulgação de casos isolados de racismo no decorrer dos anos 1970 e 1980 serviriam para a divulgação das notícias sobre as práticas racistas existentes na África do Sul?.

Teria ocorrido uma maior divulgação do apartheid do que da movimentação da militância negra e dos conselhos criados pelo governo brasileiro e voltados para o interesse das populações afro – descendentes? Quais os sentidos atribuídos e as diferentes representações evocadas aos fatos divulgados? Eles teriam servido para atenuar as práticas racistas e anti – racistas existentes no Brasil? Estas são, pois, as questões norteadoras da pesquisa em andamento.

Bibliografia:

ABREU, Alzira A. *A modernização da imprensa (1970 – 2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____; LATTMAN – WELTMAN, Fernando; ROCHA, Dora : (Org.). *Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CEPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, 2008

ANDREWS, George. *Negros e brancos em São Paulo (1888 - 1998)* Bauru.: EDUSC,1998

ARAÚJO, Joel Zito. *A Negação do Brasil: O Negro na Telenovela Brasileira*. São Paulo: Senac, 2001.

CANCLINI, Nestor. *Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4ª Ed.: São Paulo: EDUSP, 2008

CRUZ, Heloisa de Faria & PEIXOTO, Maria do Rosário C. *Na Oficina do Historiador: conversa sobre História e Imprensa*. Projeto História, São Paulo, nº 35, p. 253 – 270, dez. 2007.

D' ADESKY, Jacques. *A ideologia da democracia racial no limiar do anti – racismo universalista*. IN.: SALGUEIRO, Maria A. A. *A República e a questão do negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005

DE LUCCA, Tânia Regina. *Histórias dos, nos e por meio dos periódicos*. IN. PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2010.

FERREIRA, Ricardo Alexino. *A representação do negro em jornais no centenário da abolição da escravatura no Brasil*. Dissertação de mestrado ECA – USP. São Paulo, 1993.

_____. *Reelaboração do olhar: a instrumentação e formação do comunicador na cobertura das diferentes realidades africanas e do segmento afro-descendente brasileiro, a partir do jornalismo científico e jornalismo especializado*. In: SBPC. (Org.). *Reunião Anual da SBPC*, 57 (Edição Eletrônica). São Paulo: SBPC/UECE, 2005, v. , p. - . Acesso em 11/03/2011.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. *O recente anti – racismo brasileiro: o que dizem os jornais diários*. Revista USP, São Paulo, nº 28, dez/fev. 1995/1996, p.84 – 95

GUIMARÃES, Samuel P. *África do Sul: Visões Brasileiras* (Org). São Paulo: CAPES/IPRI, 2000.

NOVAES, Adauto. *Rede imaginária: televisão e democracia*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura, 1991.

OLIVA

PENNA Filho, Pio. *África do Sul e Brasil: diplomacia e comércio (1918-2000)*. Rev. bras. polít. int. v.44 n.1 Brasília jan./jun. 2001

SKDIMORE, Thomas. *O negro no Brasil e nos Estados Unidos* IN: *O Brasil visto de fora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

SILVA, Francisco C. T. *Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974 – 1985*. IN.: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves & FERREIRA, Jorge (Org). *O período republicano : o tempo da ditadura - regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. RJ: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, Graziella M. D. *Ações afirmativas no Brasil e na África do Sul*. Tempo soc. vol.18 nº.2 São Paulo, nov. 2006.